

ATA DA QUINQUAGÉSIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 02-6-2021.

Aos dois dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Reginete Bispo. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza e Roberto Robaina. À MESA, foi encaminhado o Projeto de Lei do Legislativo nº 188/21 (Processo nº 0493/21), de autoria de José Freitas. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Claudio Janta, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Giovanni e Coletivo, Cassiá Carpes, Moisés Barboza, Matheus Gomes, Felipe Camozzato, Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Jessé Sangalli e Ramiro Rosário. A seguir, foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA ESPECIAL, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 005/21, discutido por Claudio Janta, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra e Jonas Reis. Em PAUTA, Discussão Preliminar, esteve, em 1ª sessão, o Projeto de Lei do Legislativo nº 160/20. Também, Daiana Santos, Cassiá Carpes e Reginete Bispo pronunciaram-se durante o período de Pauta. Às dezesseis horas e dez minutos, constatada a inexistência de quórum deliberativo para ingresso na Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito que o diretor legislativo proceda à chamada nominal para verificação do quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Trinta Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum. Solicito ao diretor legislativo que proceda à leitura das proposições apresentadas à Mesa.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado. O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, membros desta Casa, público que nos assiste através da TVCâmara, através da nossa Rádio Câmara e, também, pelas redes sociais. Venho utilizar o tempo de liderança do meu partido para falar de uma questão que está acontecendo na nossa cidade, uma questão que está acontecendo na Unidade Básica de Saúde São Carlos, que está acontecendo na Unidade Básica de Saúde Bananeiras, na unidade básica de saúde do Centro e em várias outras regiões de Porto Alegre. Está liberada a vacina da Covid para as pessoas com 59 anos, está liberada a vacina da Covid os educadores e está liberada a vacina da Covid para as pessoas com deficiência. O que está acontecendo nas nossas unidades de saúde? Já entrei em contato com o secretário, já entrei em contato com o diretor da pasta - estão mandando embora, para casa, mães e pais que têm filhos autistas, dizendo que eles não fazem parte das comorbidades, que eles não são deficientes, como se precisasse chegar numa unidade básica de saúde com uma cadeira de rodas, com uma bengala, demonstrando a sua deficiência. E o pior argumento que estão usando é o de que a cidade de Porto Alegre, na questão das pessoas com deficiência, não é enquadrada na lei federal. Olhem o absurdo disso! Uma lei federal que não vale para ninguém; a lei do cinto de segurança não vale para ninguém; e várias outras leis que são federais não valem para ninguém, de acordo com alguns profissionais da saúde que estão mandando essas mães embora, para casa, com seus filhos deficientes, autistas, dizendo que não é uma deficiência, dizendo que eles não têm o direito de furar a fila, entre aspas. O que busca um pai, uma mãe de um filho autista? Para esses profissionais, já pedi para a secretaria de saúde - que tem órgãos qualificados, que tem entidades qualificadas - para preparar esses profissionais para saberem o que é um autista. E o que busca um pai, uma mãe de um filho autista? Nada mais, nada menos do que a autonomia do seu filho, a dignidade do seu filho, o reconhecimento por parte da sociedade de que seu filho é especial, de que seu filho é diferente, apesar de aparentemente não ter nada. É isso que busca um pai ou uma mãe. Aí chega uma mãe à procura da vacina para a sua filha, à procura de atendimento para a sua filha, aí dizem que não é prioridade. Então, eu acho que está faltando aos nossos profissionais lerem as leis de Porto Alegre! Esta Casa já determinou o censo do autista, esta Casa já determinou fazer o plebiscito do autismo, esta Casa já determinou, pioneiramente no Brasil, a inclusão do símbolo do autista em todos os lugares em que há o símbolo das pessoas com deficiência. Os autistas têm os mesmos direitos que as pessoas com deficiência têm. Só que nas unidades básicas de saúde em Porto Alegre não é reconhecido esse direito. Leis aprovadas por esta Casa que incluem os autistas nas deficiências, incluem os autistas nas vagas preferenciais e atendimento preferencial, e isso não é reconhecido. Isso nos deixa entristecidos, isso nos deixa envergonhados,

quando uma mãe, um pai vai procurar assistência médica para o seu filho – não é só a questão da vacina, eu quero que vocês entendam que não é só com relação à questão da vacina -, há relatos de mães que procuraram o Bananeiras, o São Carlos, que foram buscar consulta para seus filhos autistas. Esta é uma briga que nós temos: para que a mãe, muitas vezes, não precise estar com esse filho para conseguir acesso, por exemplo, ao sistema de transporte; não precise estar com esse filho para conseguir uma consulta numa UBS ou um exame - porque esse filho tem a dificuldade, para quem não sabe, principalmente essas pessoas que muitas vezes exigem a presença da criança, que não sabem a dificuldade que é controlar uma criança autista quando ela sai da sua rotina.

Então, estamos aqui fazendo esse apelo, nós já conversamos com o secretário Mauro Sparta, uma pessoa que colocou na política da Secretaria Municipal da Saúde de Porto Alegre a questão do autismo, da criação do Centro de Referência do Autismo, falamos com o diretor responsável pela área, e estamos agora falando com a população de Porto Alegre, falando com as pessoas que trabalham nas unidades básicas de saúde para que reconheçam as leis desta Casa e, principalmente, a lei federal que determina que o autista é uma pessoa com deficiência.

Quero reafirmar aqui, para encerrar, Sr. Presidente, no meu tempo de liderança pelo Solidariedade, o compromisso que temos firmado de fazer a reforma da Previdência na nossa cidade. É importante para Porto Alegre, é importante para a população de Porto Alegre e se prova, quando se fala na questão das alíquotas, que a reforma é importante também para os servidores do Município. Então, nós não vamos nos furtar de continuar discutindo nesta tribuna, e, principalmente, dizendo aos pares desta Casa que base é base, o governo não precisa comprovar a sua base, por exemplo, para votar as alíquotas, o governo não precisa comprovar a sua base para vários projetos; o governo tem que comprovar a sua base quando vem votar um PELO, quando vem votar uma alteração na Lei Orgânica do Município, algo que, esperamos, em breve aconteça aqui nesta Casa, aconteça da cidade de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores vereadores, no dia de ontem, 1º de junho, transcorreu o Dia da Imprensa no Brasil. Para nós, aqui do Estado do Rio Grande do Sul, é uma honra destacar que coube à Associação Riograndense de Imprensa, a ARI, reconstituir toda a trajetória da imprensa no Brasil, definindo essa data para as comemorações em homenagem, basicamente, à trajetória do jornalista Hipólito José da Costa. Nós prestamos a nossa homenagem aos jornalistas, à imprensa como um todo, pois tem tido um importante trabalho, uma verdadeira missão ao longo de suas vidas. Meu pai foi um profissional do jornalismo, da imprensa diária, e, depois, criou, de forma pioneira aqui no Estado, a primeira Assessoria de Imprensa, no Rio Grande do Sul, como empresa.

São profissionais, esses, os jornalistas, que, nesse período da pandemia, têm sido ofendidos cotidianamente pelo mandatário máximo da Nação, pelo Presidente Bolsonaro; muitas vezes. Inconformado, ele, com o fato da atuação da imprensa que persiste, com coragem, noticiando a triste realidade: o negacionismo do governo federal, a sua campanha contra a vacinação, a sua campanha contra o distanciamento social, na verdade o seu auxílio à propagação da pandemia. Mas esse desmonte tem sido visto e contestado de forma digna pelas diretorias das entidades de classe do jornalismo, por isso merecem nosso respeito as diretorias - e aqui as homenageio, Presidente Márcio Bins Ely - da Associação Riograndense de Imprensa, ARI, na pessoa do seu presidente José Nunes, e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul na pessoa da minha querida amiga Vera Daisy; através deles, eu presto homenagem a todos os profissionais do jornalismo. Eu também não esqueço que nesta Casa temos, historicamente, uma assessoria de imprensa muito competente e muito capaz. Essa mensagem, para nós, é de extrema relevância, Sr. Presidente, porque o que a sociedade conhece é o que a imprensa noticia, é o trabalho que os jornalistas fazem, e no momento duríssimo em que vivemos... (Problemas na conexão.) ...possamos superar a pandemia mortal, fatal, que vivemos. É o momento em que a imprensa se afirma como nossa única forma de conhecer a realidade, enfrentando as mentiras que têm sido inclusive mostradas diariamente pela imprensa quando noticia e quando coloca ao vivo a própria CPI da Covid no Senado. Essa nossa homenagem é mais do que justa, não só eu como filho de jornalista, mas como alguém que reconhece e sabe a importância desse trabalho e que tem a honra de ter aprendido a ler, na verdade, lendo o Correio do Povo atrás das notícias... (Problemas na conexão.) ...certeza em nome de toda oposição, mas particularmente prestando uma homenagem muito carinhosa e especial àqueles jornalistas que perderam sua vida em função da Covid-19, que perderam sua vida realizando seu trabalho de jornalismo enfrentando forças policiais, parapoliciais, militares ou paramilitares ao longo dos anos, simbolizando tudo isso na figura do grande e inesquecível Vladimir Herzog. Essa é a mensagem, o depoimento e o pronunciamento da liderança de oposição hoje, Presidente. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo nosso Presidente da Casa, Vereador Márcio Bins Ely, colegas vereadores e vereadoras, público que está acompanhando a nossa sessão nesta tarde, falo na liderança do PT em nome dos vereadores Leonel Radde, Jonas Reis, Reginete Bispo e deste vereador, que por sua vez faz uma fala no sentido de indignação, na medida em que nós estamos caminhando para o mês de junho com mais de 500 mil mortos. Mais de meio milhão de pessoas que perderam suas vidas em tempo de pandemia aqui no Brasil. A maior parte dos países desenvolvidos, como tantos outros, que optaram pela vacina não só reduziram a

contaminação como estão liberando o uso de máscara, os eventos e as atividades comerciais. Nós vivemos num País onde o governo é claramente, para nós, negacionista. Poderia ter salvado no mínimo 80% das pessoas que perderam suas vidas se fosse um governo responsável, ágil, e mais do que isso, capaz de valorizar a vida em primeiro lugar. Infelizmente, recebeu a simpatia de milhões de brasileiros que gostam de andar armados, que gostam de negar a vida, e que infelizmente priorizaram outras atividades, e inclusive muitos deles vieram a se arrepender quando perderam algum de seus familiares. Nós não estamos aqui para poder atuar ou defender tamanha ousadia como o Presidente nesta semana fez quando toma para si a liberdade de autorizar a Copa América. Vocês sabem muito bem que nos países que participam da Copa América a situação está mais colapsada do que no próprio Brasil. O Brasil, embora tenha passado no mês de março por essa situação, está iniciando a terceira onda. Nossa bancada se indigna com este tipo de governante que não coloca a vida em primeiro lugar, nem mesmo olha para os mais pobres, para os mais necessitados, para aqueles que precisam do poder público e do braço do Estado através de programas sociais e, infelizmente, este governo só fez o auxílio emergencial porque se tratava de uma eleição acontecendo. Portanto, fica aqui o nosso repúdio e a nossa indignação.

Por outro lado, nós sabemos que essa dura realidade vivida pelos brasileiros reflete no dia a dia das nossas cidades, como é aqui em Porto Alegre. Nós sabemos que existem aqui em Porto Alegre mais de 150 mil pessoas que contraíram a Covid-19. Segundo o *site* da Prefeitura, mais de 140 mil foram recuperados. Olha, eu fui uma pessoa que pegou Covid-19, assim como o Ver. Moisés, o Ver. Cecchim, a Ver.^a Cláudia e tantos outros vereadores que contraíram a Covid-19. Perguntem aos nossos colegas e a este vereador se por acaso tiveram alguma sequela. Muitas sequelas. Imaginem os senhores que de 150 mil pessoas que contraíram a Covid-19, 20% a 25%, podendo chegar até mais de 50% ficam com alguma sequela grave. E aí eu pergunto: qual é o programa do governo municipal para poder dar este acompanhamento multidisciplinar necessário para essas pessoas fazerem o acompanhamento de fisioterapia, do pneumologista, do cardiologista e de outros especialistas que por sua vez não tem na unidade da saúde. É preciso que a unidade, ao receber esses trabalhadores pela rede de saúde, os encaminhe para o acompanhamento de uma possível e total recuperação. Eu faço um apelo em nome de nossa bancada para que o governo apresse o passo. Não mandou, neste ano, para a Casa, nem mesmo o programa de recuperação de inverno e nem mesmo um programa específico para criação de um ambulatório, específico para tal, ou uma clínica especial para tal. E, para isso, nós cobramos do governo, nesta semana, medidas dessa natureza. Sabemos que os projetos que nós apresentamos, que são muitos, e que trabalham nessa direção também, são demorados e, muitas vezes, não são aprovados. Mas essa é uma ação de governo, fortalecendo a Atenção Básica e criando mecanismos pela porta do Sistema Único de Saúde, SUS, para que as pessoas possam ter acompanhamento médico digno e capaz de poder recuperar de fato essa pandemia que foi tão drástica e lamentável para todos nós. Portanto, deixo, em nome da nossa bancada, o apelo ao governo municipal para que

apresse o passo e crie possibilidades reais de atendimento à população nesse sentido. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Giovani e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR GIOVANI e COLETIVO (PCdoB): Boa tarde, Sr. Presidente, boa tarde aos meus colegas vereadores e vereadoras desta Casa; eu me dirijo pela segunda vez a esta Câmara, de vereadores e vereadoras, uma oportunidade com muita honra e muito orgulho, em nome da bancada do Partido Comunista do Brasil, falo aqui em meu nome e em nome da Ver.^a Daiana Santos. Como já comentei, na última segunda-feira, justamente, neste mês do orgulho LGBT, como uma única bancada, nesta Casa Legislativa, composta cem por cento de LGBTs. Isso nos orgulha, isso é muito representativo para a cidade de Porto Alegre, mas também para o País inteiro. Gostaria de tecer algumas considerações sobre o momento político em que nós vivemos, nesta oportunidade em que nos encontramos. Nos entristece muito que, ao ler as notícias, antes de chegar a esta Câmara de Vereadores, o que dizem os jornais do nosso País. É que no atual ritmo de vacinação, do mês de maio, o nosso País levaria um ano para concluir a vacinação de toda a população do nosso País. Isso nos entristece e, mais do que isso, talvez nos revolte ao perceber que a postura do Executivo Municipal seja de uma pressa inexplicável em promover o desmonte do patrimônio público da nossa cidade, desmonte da Procempa, uma pressa inexplicável em atacar os servidores e as servidoras com uma reforma da Previdência; mas que a mesma pressa não se verifica para que a gente acelere o ritmo de vacinação na nossa cidade. Isso nos indigna, e por isso aqui nesta Casa registramos esse posicionamento do Partido Comunista do Brasil, da bancada do PCdoB. Mas eu gostaria de aproveitar a oportunidade, nesta passagem temporária que eu e o Movimento Coletivo teremos nesta Casa, para registrar duas ações legislativas que estamos promovendo no dia de hoje. Nós, na parte da manhã, protocolamos o nosso primeiro projeto de lei, que tem por objetivo vedar que sejam feitas homenagens àqueles e àquelas que promoveram agressões à humanidade, violaram os direitos humanos, àqueles e àquelas que praticaram crimes à humanidade, àqueles que constam na lista de torturadores da Comissão Nacional da Verdade. Que essas pessoas não possam ser homenageadas em nome de ruas, em equipamentos públicos na cidade de Porto Alegre. A nossa cidade tem uma trajetória, uma trajetória em defesa da democracia, uma trajetória que valoriza a participação popular. É com essa marca de ser a capital da legalidade, que nós apresentamos essa proposição para que a nossa cidade não possa, ao batizar ruas e equipamentos públicos, homenagear aqueles e aquelas que mereceriam o nosso repúdio. Mas mais do que isso, nos próximos minutos, nós protocolaremos aqui nesta Casa a instalação de uma Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. Porque nessa nossa chegada a esta Câmara de Vereadores, nós nos deparamos com essa luta em defesa dos servidores e contra a reforma da

Previdência. Mas nós sabemos também que no projeto político do prefeito Sebastião Melo existe a reprodução daquilo que de pior que nós vivenciamos no governo de Marchezan, que é desmontar o transporte o público, acabando com cobradores e cobradoras no transporte da cidade, mas também retirando direitos, tendo como alvo principal os estudantes e a juventude da nossa cidade. Nós queremos nesta nossa passagem pela Casa, pela Câmara de Vereadores, apresentar essa proposição da reinstalação da Frente Parlamentar em Defesa do Meio Passe. Porque defender o meio passe significa defender o direito à educação, significa defender o direito ao acesso a nossa cidade, significa defender o acesso à cultura, ao esporte e ao lazer. Nós sabemos bem que os grandes parques se Porto Alegre se concentram no Centro e não estão na periferia. E nós queremos que os jovens, de todos os cantos dessa cidade, possam circular pela nossa capital, e assim acessar os equipamentos públicos de cultura, de esporte e de lazer. Nós não podemos desconsiderar que o momento da pandemia tem tido como consequência o crescimento do abandono e da evasão escolar. E nós não podemos permitir que, num momento como esse, nós tenhamos a retirada de um direito tão importante para o acesso à educação de estudantes e jovens em Porto Alegre. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação do Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente, saudar os vereadores e as vereadoras; nós estamos discutindo aqui na Câmara a questão da previdência. É um assunto polêmico, sem dúvida, mas há a necessidade de a gente recuperar um pouco do passado. Quando eu fui deputado, Ver. Camozzato, eu recebi isto aqui: “Nós, servidores públicos, sentimo-nos profundamente traídos pela farsa montada pelo PT para privatizar a nossa previdência. Por isso gostaria que V. Exa. conhecesse a verdade”. Aí peguei os tópicos desse manifesto, os pontos principais: “Nós não esqueceremos, nós, servidores públicos, fomos traídos. Nós não esqueceremos, nós, servidores públicos; elegemos um governo do PT, e uma vez eleita, a cúpula do PT rompeu com a ideologia do partido, o que assistimos foi o maior calote eleitoral da história deste País”, referindo-se à lei de 2002, quando o Lula foi eleito Presidente. “Tivemos que ouvir que só prometiam o que prometiam porque eram oposição. Agora querem destruir a nossa previdência” – isso diziam na época em que eu era deputado, em 2000 e pouco. “Mas nós não esqueceremos, não esqueceremos a traição, não esqueceremos a manipulação de dados para forjar um déficit previdenciário inexistente. Nós, os servidores públicos, sentimo-nos profundamente traídos pela farsa montada pelo PT para privatizar a nossa previdência”. Está aqui o manifesto, eu era deputado. Quem guarda, tem; e vou buscar outros que eu tenho! Esse pessoal agora está de costas para mim, não querem ouvir, porque eles fazem uma ladainha aí fora, gritam contra o prefeito, contra nós, e eles foram traídos, mas eles não têm coragem de dizer

que a traição aconteceu, e a reforma foi feita, inicialmente, no governo Lula. Eu entrei aqui há uma hora e meia, uns gatos pingados na frente, nem atacavam mais, porque, se me atacarem, eu só pergunto para eles: “Vocês querem o PELO ou vocês querem as alíquotas? Vocês decidam, acho que a alíquota é mais pesada”. Tenho recebido, Presidente, esse questionamento, e os funcionários têm dito isto: “Nós gostaríamos que não fosse nada”. Eu respondo: “Não, nada não existe, é inevitável, nós vamos fazer a reforma. Agora, o que é melhor para vocês?” Eles dizem: “É o PELO”. Portanto não adianta, pessoal – Jonas, Radde, que está chegando agora –, nós temos que lembrar o passado, não podemos esquecer o passado, o passado é glorioso, é inesquecível. Está aqui o manifesto, se vocês quiserem uma cópia, eu dou. Está aqui, quando eu era deputado, o nome do manifesto é “Nós não esqueceremos”. Ele fala da reforma que o Lula fez, mexendo na previdência, quando não falou na campanha, mas foi eleito, depois desmanchou a previdência. A previdência depois mudou, é natural, nos estados, nos municípios, e está chegando em Porto Alegre. Não adianta alguns funcionários passarem aqui na Câmara e olharem atravessado para o vereador. Não, meu filho; tem que trabalhar mais, não pode se aposentar mais com quarenta e poucos anos, não pode se aposentar mais com cinquenta e poucos anos. Vamos cumprir, não pode o Jonas ficar dez anos como professor, mas só cumprir a metade! A outra metade ele cumpriu no partido dele e parte no sindicato. Quando estiver na hora, de quem ele vai ganhar a aposentadoria? Da Prefeitura, integral, isso é vergonhoso. Por sinal, os sindicatos... Hoje eu conheci um sindicato que é mais independente, porque houve uma época em que os sindicatos estavam – e ainda estão – atrelados à esquerda, mas perderam muita força devido à mentira, à farsa, e a representar coisas ideológicas, quando, na realidade, tem que representar categorias, Presidente. Portanto, esse manifesto vou repetir em outras ocasiões aqui, para mostrar a farsa que eles estão fazendo na rua. Foram eles que começaram, em nível nacional, com o governo Lula, a reforma da Previdência. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Queremos registrar e agradecer a presença do diretor-geral do DMLU, Sr. Paulo Marques. Grande presença, abrilhantando os trabalhos da sessão nesta tarde. É uma satisfação receber o amigo.

O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde a todos, hoje estou acompanhando remotamente a sessão. De início, fui citado pelo Ver. Oliboni, no trecho em que ele fala sobre os colegas, as pessoas que tiveram Covid. Como as pessoas sabem, a maioria dos colegas, eu fiquei dez dias na UTI, e concordo com o Ver. Aldacir Oliboni sobre o pós-Covid; concordo porque eu fui uma dessas pessoas que tive desdobramentos da Covid, e gostaria de fazer esse registro de que concordo com ele, pois tive que fazer um tratamento em hospital depois de ter passado por tudo que passei.

Segundo item: ontem eu estive reunido com algumas pessoas para estudar um projeto de lei que está sendo apresentado, se não me engano pelo nosso querido colega Felipe Camozzato, o projeto de lei que estaria revogando a questão das obras de arte e culturais em grandes construções. Eu fui atrás desse assunto, tem um bloco de assinaturas, o projeto é para revogar a Lei nº 10.036 de 2006, e eu queria dividir com vocês um pouco das pesquisas e das conversas de ontem. Primeiro que o próprio Sinduscon nunca se manifestou contrário à lei, e graças a essa lei, a gente tem, se não me engano, mais de 170 obras de artistas gaúchos, brasileiros, e são grandes construções em lugares de acesso aos porto-alegrenses, canteiros. A gente visita muitas cidades, a gente tem a satisfação de visitar cidades bonitas. Eu acredito que essa seja uma lei em que o Estado foi o Estado necessário de incentivar as artes, a cultura. Então eu queria dividir com vocês, porque essa pauta é muito cara e muito importante para a gente debater mais longamente. Esse projeto foi defendido pelo ex-prefeito José Fogaça; foi defendido pelo Fortunati; e parece que teve a defesa, na época, do Estado, do Schirmer, atual secretário. Acredito que seja uma lei importante para o incentivo cultural das artes plásticas. Eu gostaria de dividir com os colegas, para que estudem um pouco o projeto, que eu fiquei encantado com o resultado. Tem leis que colam; às vezes, tem leis que não colam. Essa foi uma lei que colou. É uma lei que, a não ser que alguém se revele contra, do meio da construção, é muito importante.

Acho que é importante que os colegas que defendem a cultura, que defendem a cidade embelezada, a questão arquitetônica, a atração do turismo e a conexão de Porto Alegre como uma cidade a ser visitada tenham esse cuidado. Então quero pedir, inclusive, que o colega Felipe Camozzato olhe com um pouco mais de carinho, porque acredito que ele esteja propondo a revogação da Lei nº 10.036. Acho que seria uma lástima para Porto Alegre após esse estudo.

Dividir aqui com todos os colegas a nossa preocupação com os acalorados debates na nossa Casa entre os colegas e fazer um registro, em nome da bancada do PSDB – em nome dos vereadores Kaká, Ramiro, Gilson Padeiro, Marcelo, Pai Ricardo – e das pessoas que têm se preocupado muito com essa polarização que a gente vem enfrentando: acho que nós temos que ter mais cuidado em bater em argumentos, e não bater em pessoas. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Obrigado, Presidente. Quero cumprimentar todos e todas, cumprimentar os que nos assistem também. Gostaria de trazer um tema a esta tribuna – falo em liderança do PSOL –, porque o que ocorreu nos últimos dias no Brasil foi uma mudança de extrema importância. Finalmente, nós vimos as ruas do nosso País falarem, se posicionarem ante o genocídio que ocorre no Brasil através do desgoverno de Jair Bolsonaro no combate à pandemia, que não existe, na

verdade. O que a gente tem visto, com os depoimentos diários na CPI da Covid-19, são inúmeras demonstrações de que o governo teve uma política institucional para a propagação da Covid-19 no Brasil, transformando o nosso País num grande laboratório, seja da tal imunidade de rebanho, do tratamento precoce. Hoje nós chegamos a esse quadro com mais de 460 mil mortes, e o nosso País não aguenta mais essa situação. Dia a dia, é uma zombaria com o povo trabalhador brasileiro – os altos índices de desemprego, o auxílio emergencial. Ontem, de acordo com o Presidente, quem não está gostando tem que ir ao banco pedir empréstimo. Tudo vira piada diante da maior crise humanitária que nós vivemos desde o fim da escravidão. Por isso, o sábado representou uma virada política muito importante no Brasil. Foram quase 200 cidades que saíram às ruas para protestar. E, sim, os movimentos sociais que convocaram essas manifestações pensaram muito antes de fazer, não banalizaram a ideia de ir às ruas, de promover aglomerações, bem pelo contrário, tomaram uma decisão muito difícil, que foi dizer que o povo realmente não aguenta mais. E as manifestações deram uma mensagem importantíssima. Primeiramente, um grito de dor e de revolta. Fiquei muito comovido ao ver cartazes nas manifestações de sábado que falavam “meu pai poderia estar vivo se houvesse vacina”, com nomes de pessoas que morreram pela Covid-19. Comoveu muito ver gente distribuindo máscaras PFF2, álcool em gel, tentando construir uma forma de manifestação coerente com o momento que nós estamos vivendo.

Também me deixa muito feliz que no dia de hoje, nesta quarta-feira, nós já tenhamos uma nova convocação de manifestação nacional no dia 19 de junho. Em todo o País, novamente, as ruas vão se posicionar pedindo o *impeachment* de Jair Bolsonaro, abertura imediata. Cada vez mais, as pesquisas de opinião mostram que o governo está isolado. Pela primeira vez, a maior parte da população brasileira está favorável à abertura do *impeachment* – já são dezenas de iniciativas nesse sentido. E, se as instituições não tomam uma medida coerente para parar com o genocídio no Brasil, cabe à população utilizar do seu instrumento legítimo de fazer política, que é ir às ruas, se auto-organizar, debater nas suas comunidades, nos seus locais de trabalho, nos coletivos e organizações populares a necessidade de a gente fazer um grande movimento social e político no Brasil como a última alternativa que nos restou diante do desgoverno de Jair Bolsonaro. Ir às ruas no dia 19 de junho novamente vai ser um momento muito importante para o nosso País.

Nesse sentido, eu queria valorizar e respeitar também, ao contrário de várias falas aqui nesta tribuna que desrespeitam os servidores do Município que estão em luta neste momento, estão se mobilizando para defender os seus direitos. Tanto se fala em combater privilégio, mas a régua do combate ao privilégio começa pelos debaixo - isso não faz sentido. Nós temos bancos, grandes instituições na cidade de Porto Alegre que devem milhões aos cofres públicos, milhões! Mas nada disso entra na pauta, esse tipo de privilégio não está na agenda política da maioria desta Casa. Não é justo fazer com que os trabalhadores paguem a conta da crise. Os servidores municipais da nossa cidade merecem respeito, e é por isso que este projeto da reforma da Previdência precisa ser derrotado. E não adianta fazer ameaça com a alíquota. A Prefeitura de Porto Alegre vai carregar esta marca de fazer uma reforma draconiana, colocar uma alíquota que está

próxima ao teto do que foi a reforma da Previdência federal. Será escândalo se isso ocorrer. Por isso, nós estamos ao lado dos servidores municipais de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Boa tarde, colegas, público que nos acompanha. Primeiro, respondendo ao Ver. Moisés, acho importante esse debate com relação ao projeto de lei de revogação. Isso é um tema que já foi discutido amplamente na Frente Parlamentar de Empreendedorismo e Desburocratização e depois na Comissão Especial de Revisão Legislativa. Nós inclusive entendemos que é uma norma que precisava ser revogada, porque, para explicar aos vereadores, que hoje, em Porto Alegre, para você conseguir conquistar um habite-se num empreendimento privado ou público, que tenha acesso do público, para aquele prédio poder ter o seu habite-se, precisa ter uma obra de arte de artista listado na Secretaria Municipal de Cultura. Isso é um entrave não só econômico, é uma burocracia como também é uma reserva de mercado para os artistas listados. Eu entendo que, por exemplo, se o cidadão tem uma obra de arte de um artista renomado, artista nacional, um artista internacional, eu até usei o exemplo do Picasso, o sujeito tem um Picasso e vai colocar no *hall* do prédio, seu prédio, edifício comercial e aí ele recebe uma negativa do habite-se, Ver. Jessé, porque não está cadastrado na lista da cultura, o artista Pablo Picasso. Então, essa lei, obviamente, é uma excrescência, por isso esse encaminhamento de revogação tinha sido decidido por vários parlamentares, até agradeço a todos aqueles que já assinaram e convido todos os demais a também assinarem, esta é uma construção conjunta da Câmara, não é uma iniciativa do Ver. Felipe Camozzato. Como eu falei, ela vem de um debate amplo de frente parlamentar e comissão especial de revisão normativa e que nós entendemos que, seja para revogar essa legislação, seja para fazer uma alteração e atualização à luz daquilo que é moderno, que não reserve o mercado, que não preserve um monopólio a uma classe específica que tem cadastro ali ou que imponha uma obrigação. Hoje o cara que quer mesmo ter um pequeno prédio, que vai receber pessoas, ele vai precisar, além de todas as secretarias pelas quais tramita, vai ter que passar pela cultura para verificar o artista para fazer a aquisição da obra de arte e colocar. Enfim, é então por isso que nós estamos encaminhando essa revogação.

Mas quero tratar aqui daquilo que mais importa, esse tema é importante, mas tem um que importa ainda mais no dia de hoje que é a reforma da Previdência. Nós estamos há muito discutindo esse tema, acho que é inegável que esse tema é relevante, tão inegável que é relevante que já foi aprovada a reforma da Previdência pelo PT, pelo PCdoB, pelo PDT e por diversos partidos, inclusive, o partido do governador Zema, Partido NOVO lá em Minas Gerais, também. Ou seja, é uma unanimidade nacional

pluripartidária, multi-ideológica. A matemática não tem partido e é ela que se impõe. E a decisão que cabe à Prefeitura de Porto Alegre, aos vereadores que representam a população, em especial, os vereadores que representam os servidores, é se eles querem ter uma alíquota de 22% ou se eles querem ter um PELO aprovado, único e exclusivamente. A reforma virá de um jeito ou outro. Então, aqueles vereadores que ainda não se sentem à vontade para votar no PELO serão autores da alíquota de 22%. É inevitável. A matemática, mais uma vez, ela não foi revogada e não pode ser revogada por lei. Então, eu entendo a dificuldade que vários vereadores têm em tratar da matéria, eu entendo e compreendo a posição do Ver. Márcio, do Ver. Mauro Zacher, do Ver. Ferronato, mas eu sei de como são responsáveis esses parlamentares, de como eles são sérios, de como eles entendem as circunstâncias e como os seus partidos já o fizeram quando tiveram oportunidade, assim como os partidos dos hipócritas colegas vereadores que aqui dizem que a reforma é o demônio, mas que, quando tiveram a caneta, os seus partidos fizeram a reforma. E aí não demonizaram. Eu, anteontem em debate com um colega vereador, o Ver. Radde, na TV, perguntei: “Ver. Radde, o PT expulsará os seus chefes de Executivo que fizeram a reforma?” Deveria expulsar. O PCdoB vai expulsar os quadros partidários que fizeram a reforma? Deveria expulsar. O PDT vai expulsar? Deveria expulsar. Isso é coerência. Que sejam coerentes, porque exigir posição dos colegas aqui que não querem enfrentar a matemática, porque ela é irrevogável, não cabe. Então, a escolha está dada, a sorte está lançada e iremos então ou para uma alíquota de 22%, ou para o PELO aprovado. Eu entendo que para o NOVO seria melhor aprovar o PELO e as alíquotas, mas eu sei que o NOVO é mais duro nesse debate. Então, que aprovemos o PELO; inclusive, já recebi muita mensagem de servidor público que entende a matemática e não a nega, sabe da importância inclusive para continuar recebendo de que o PELO é melhor. E o NOVO está disposto a assinar este projeto que é o melhor projeto do Brasil para os servidores, porque tem emendas e subemendas que melhoraram o projeto, construídas por vários parlamentares desta Casa. Então, nós negarmos essa reforma mais generosa será inevitavelmente a rota para a reforma mais dura que será a alíquota de 22%. Então, aos inativos especialmente que hoje estão em casa e que não têm pagamento de previdência, se preparem, porque com a alíquota de 22% serão convidados ou obrigados a contribuírem graças aos vereadores que não estão lhes proporcionando uma saída alternativa muito mais amena. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara, boa tarde a todos, quero destacar, hoje, aqui, o papel fundamental das seis comissões desta Casa legislativa, em especial, a comissão da qual sou presidente, a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e

Segurança Urbana. Ontem à tarde, juntamente com vários outros colegas vereadores, nós fizemos uma visita à Vila Keddie, próxima do Iguatemi, e, pela parte da manhã, nós fizemos uma reunião sobre o sistema penitenciário no Rio Grande do Sul e seus reflexos em Porto Alegre. Estavam presentes o Dr. Mauro Hauschild, Secretário da Administração Penitenciária; o Dr. Saulo Felipe Basso dos Santos, Presidente do Sindicato dos Servidores Penitenciários do Rio Grande do Sul; o Presidente da Apropens; o Presidente da Associação dos Técnicos; o Presidente da Fenaspenn; o Cel. Ikeda, nosso Secretário Municipal de Segurança; o Cel. Zucco, representando a nossa Assembleia Legislativa; e demais autoridades. Foi um debate muito importante, pois nós entendemos qual será a nova estrutura da Secretaria de Administração Penitenciária. De acordo com o secretário, a nova secretaria vai ser um paradigma, um espelho do Ministério da Justiça, e ele vai tentar buscar recursos para o Rio Grande do Sul. Nessa reunião, a gente pode escutar os vários contrapontos, independente da questão ideológica. E eu quero parabenizar os colegas vereadores que nos acompanharam ontem, pela parte da tarde, na Vila Caddie, e que participaram da reunião ontem pela manhã.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (DEM): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ely; colegas vereadores; público que nos assiste pela TVCâmara, primeiro, eu gostaria de falar sobre a manifestação de sábado, uma manifestação que, com certeza, deu o recado nas ruas sobre a anarquia, a devassidão, a libertinagem – e para aqueles que não entendem a língua portuguesa, liberdade é diferente de libertinagem -, do desrespeito, da pichação, duma vergonha de mulheres expondo seus corpos nus, achando que isso era bonito. Isso não tem nada de feminismo, de empoderamento de mulher. Isso daí é uma anarquia, que alguns partidos da oposição teimam em dizer que é a realidade no Brasil. São partidos que, por muitas e muitas vezes, querem desconstruir a família – e, família, são pais, mães e filhos –, e esse exemplo se perpetua durante milhões de anos nas espécies. É assim que acontece. Além disso, exibem seus corpos, picham os monumentos, a Prefeitura de Porto Alegre, e ainda se abraçam comemorando, Ver. Marcelo, achando que tinham feito grande coisa – aliás, terem feito coisas é o que eu menos tenho visto nesta Câmara de Vereadores. Eu vejo aqui vereadores e vereadoras dizerem que representam as minorias, os mais vulneráveis, os negros, os brancos, LGBTs, mais isso, mais aquilo, mas eu não vejo efetivamente ações que demonstram o cuidado que tem para com esses segmentos. Aliás, só sobem aqui na tribuna para bater, bater e bater. A cartilha é sempre a mesma, é um disco que roda sempre na mesma faixa. Mas ações afirmativas, com algum propósito de mudanças nada vemos. Os projetos têm sido muito medíocres. São projetos e moções que não dizem nada, que não acrescentam em nada, Ver. Ramiro, para a população. São

mediócras. Eu esperava mais, esperava que tivessem aqui uma função de mudança, mas a gente não vê isso.

Quero falar também sobre o projeto da previdência, que não é uma ameaça aos servidores públicos, mas, sim, uma garantia aos servidores públicos de terem, quando na sua aposentadoria, o seu salário garantido. E a gente se torna repetitivo aqui, dizendo que é matemática, que é um mais um, mas há um problema no ouvido seletivo de alguns vereadores e de pouquíssimos funcionários municipais, que estão na rua gritando – e eu queria saber se eles não estão em horário de trabalho - não sei -, ou estão sem bater o ponto, ou foram dispensados de bater o ponto. E isso não pode, no horário de trabalho tem que estar trabalhando. É importante a gente fazer essas indagações e questionamentos, pois aqui é o local da gente fazer as boas discussões. Geralmente, é o pessoal que defende o “fique em casa” e que recebe, no final do mês, o seu salário direitinho. Nós temos que nos conectar com a realidade. Não podemos estar em Marte. Esta Câmara está dentro de Porto Alegre. E é importante destacar que um professor de uma escola particular não recebe R\$ 9 mil por mês e ainda desconta para o INSS, para, quando se aposentar, não aos 50 anos, como é hoje aqui na Prefeitura, não receber a integralidade do seu salário. Quantas e quantas vezes nós vemos as pessoas dizerem que pagaram sobre o teto, porém, ao se aposentar, recebem cinco, seis. Nós estamos falando aqui de tranquilidade para o servidor. Não existe conta que funcione, quando não há uma reforma que, efetivamente, mostre o que é necessário. Não tem ameaça nenhuma com a alíquota, mas a gente está bem tranquila; não passou a reforma da previdência, as alíquotas têm que ser conversadas. É muito pior o aumento da alíquota, porque vai começar agora o desconto, inclusive para aqueles que estão aposentados. Eu quero que os funcionários aposentados falem com os vereadores que querem aprovar a alíquota, que são exatamente aqueles que não querem aprovar a reforma da previdência. É uma coisa, ou outra, não existe uma soma, não existe matemática que, no final do mês, vá continuar pagando exatamente o salário daquele servidor que trabalhou o seu tempo de serviço. Aumentar o tempo da contribuição da previdência e aumentar a idade é mais do que necessário, porque não vivemos mais somente até os 50 anos. Graças a Deus, a longevidade das pessoas aumentou, e é isso o que nós falamos aqui sobre pagamento integral na aposentadoria. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Ver. Oliboni, uma questão de ordem?

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Eu queria tentar dialogar com a Ver.^a Nádia, vice-líder do governo, quando ela se pronuncia e coloca embaixo do rabo do cavalo todos os brasileiros que são oponentes do governo Bolsonaro. Será que só os que são a favor do Bolsonaro têm o direito de ir às ruas? Ou a Ver.^a Nádia acha que as manifestações de ódio, de intolerância, de poder jogar *spray* de gás na cara de uma vereadora no Rio Janeiro, de poder atirar no olho de duas pessoas... Isso é lamentável,

um discurso deslocado desses! Inclusive dizer que nós votamos moções é medíocre; então, são todas medíocres. Esse discurso é um discurso de ódio, tem que ser reavaliado, vereadora!

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, obrigado, Ver. Oliboni. Questão de ordem tem que ser pontual, Ver. Oliboni, não nos leve a mal.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Esse discurso é um discurso de ódio, tem que ser reavaliado, vereadora!

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Agora uma questão de ordem de fato, Presidente. Eu peço que a presidência desta Casa, sempre que um vereador solicitar uma questão de ordem, fundamente no Regimento Interno, onde está baseada a sua questão de ordem. E que faça a questão de ordem objetiva, porque questão de ordem não é para fazer discurso e ficar retrucando fala de vereador em plenário.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estamos tendo dificuldade em função da metodologia remota das nossas plenárias, mas estamos conseguindo chegar a bom-termo, para que todos se manifestem.

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos, queria perguntar para o Radde se eu posso usar este microfone sem máscara. (Pausa.) Na verdade, embora queira fazer discurso ideológico, queira fazer embate, queira fazer discussão, hoje é um dia em que não estou muito combativo, então quero fazer a fala sobre uma questão de mobilidade que afeta a todos nós, especialmente aquelas pessoas que não têm representação na Câmara de Porto Alegre, que é o pessoal que se desloca da Região Metropolitana para a capital e que acaba perdendo boa parte do seu dia nos deslocamentos, na conexão com outras cidades. O exemplo que eu quero trazer hoje é da Av. Protásio Alves, que faz conexão com Viamão e com Alvorada. Esse pessoal que se desloca entre as duas cidades, que gera muita riqueza aqui e leva riquezas para essas cidades também, acaba, infelizmente, tendo que perder muito tempo nos deslocamentos, tanto para vir trabalhar durante o dia quanto para retornar para casa e descansar com os seus familiares no final do dia. A minha tese sobre a integração da capital com a Região Metropolitana está fundamentada na ideia de que quanto mais conexões a capital tiver, mais a capital vai acabar tendo geração de riqueza para si. A gente consegue perceber um certo receio dos gestores municipais da sua população se deslocar diariamente para outras cidades, ou não morar integralmente ou conviver integralmente dentro da sua cidade, porque entende que, se a pessoa ficar dentro da cidade, ela gera mais riqueza, mas isso não é verdade. A ideia de melhorar as condições de deslocamento dessas pessoas, para morarem onde preferirem e buscarem a capital para serviços especializados, é benéfica para as outras cidades, obviamente, e também para a capital, a nossa cidade de Porto Alegre. Pensando nisso, uma das demandas que eu levei para o

Executivo, através de um pedido de providências – eu tive a oportunidade de conversar com o secretário Mendes, o Djedah, que está aqui presente, também conhece o tema; o Baú, que é o engenheiro responsável –, é a questão da Av. Protásio Alves, na conexão entre Alvorada, Viamão e Porto Alegre. Nós temos um trajeto da Av. Manoel Elias em diante que não é duplicado, e, infelizmente, por conta disso, nós temos um grande congestionamento pelo afunilamento de veículos naquele pequeno trecho de um quilômetro e pouco, dois quilômetros, entre a Manoel Elias e a entrada da Santa Isabel, a entrada da Augusta, a entrada da cidade de Alvorada. O projeto completo, como sabemos, é a duplicação do Caminho do Meio, que é um projeto muito caro e depende de emenda federal. Teve uma ocasião em que os municípios de Porto Alegre, Alvorada e Viamão tinham conseguido um financiamento federal, mas, por falta de coordenação, falta de interesse talvez, acabaram perdendo esse recurso, que era a fundo perdido, oriundo do PAC, da então Presidente Dilma. Esse recurso se perdeu, e, como uma obra dessa monta custa cerca de R\$ 70 milhões, R\$ 80 milhões, é óbvio que um vereador de Porto Alegre e, talvez, o prefeito não tenham condições de indicar fazer essa intervenção completa, daqui até a RS-040 pela Protásio Alves. Mas uma sugestão de baixo custo, levando em consideração o que a Prefeitura já tem feito para diminuir os gargalos da mobilidade, fazendo aquelas pequenas intervenções nas intersecções de modo a garantir a fluidez dos veículos nesses pequenos trechos são ações possíveis de o Poder Executivo abordar. Vou dar exemplo para vocês que vivem a cidade diariamente. Santana com a Ipiranga em direção ao centro: à direita, na Santana tem uma saída que tira o veículo da avenida principal e permite fazer um retorno mais suave, tirando o veículo do fluxo mais intenso, o que diminui sensivelmente a capacidade de escoamento da via. Protásio Alves com Manoel Elias: quem está vindo pela Protásio, entrando na Manoel Elias em direção à Fapa, foi feita uma pista auxiliar que permitiu que os veículos que saem na rotatória possam sair do trajeto, os que seguem pela Protásio Alves, por exemplo, em direção à cidade de Viamão.

Para encerrar, Presidente, o nosso exemplo então, solicitado ao Poder Executivo, se baseia nesse contexto, nessa ideia de pequenas intervenções pontuais, nas principais intersecções entre a Manoel Elias e a cidade de Alvorada, de modo a garantir uma pista dupla para saídas, à direita seria livre, de modo a melhorar a qualidade de vida dessas pessoas que se deslocam diariamente à cidade de Viamão, nesse caso específico, também no retorno da cidade de Viamão para Porto Alegre. São pequenas intervenções e contribuições que nós temos dado a partir do nosso mandato, trazendo essas sugestões para o Executivo. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, nossa Presidente Comandante Nádia. Boa tarde a todos os colegas. Inicialmente, quero reforçar um tema que o nosso colega Ver. Felipe Camozzato trouxe aqui, do projeto de “deslegislação”, de “deslegislar”, da comissão da revisão de leis, ou leis que não são mais utilizadas na nossa cidade ou leis que acabam emperrando o desenvolvimento da cidade. E mais uma boa iniciativa, Camozzato, que é essa, referente aos monumentos dos prédios novos que estão sendo construídos na nossa cidade, então já conte com meu apoio. Queremos também assinar o projeto como coautores, entendemos que é fundamental para a cidade, não apenas para não criar mais um embaraço aos que empreendem na nossa cidade, como também para termos uma reserva de mercado de alguns artistas que estão vinculados à Secretaria de Cultura.

Segundo ponto aqui, nós queremos fazer um gesto de solidariedade aos partidos de esquerda da nossa Câmara de Vereadores, especialmente o PCdoB, o PSOL e o PT. Vocês estão se empenhando e mobilizando agentes políticos, sindicatos da nossa cidade para que nós não aprovemos a reforma da Previdência, que dará condições, sim, de o servidor poder continuar recebendo em dia, a reforma da Previdência que dará condições ao servidor se aposentar no futuro e a reforma da Previdência que irá tampar um buraco na cidade, de fato gigantesco, que é o déficit bilionário que nós temos, que chega a quase R\$ 4 milhões por dia, de recursos dos pagadores de impostos que deveriam ir para outras áreas do Município, de atendimento à população. Já que vocês são contrários à reforma da Previdência e, conseqüentemente, vocês são favoráveis ao aumento da alíquota dos servidores para 22%, nós queremos aqui homenageá-los e facilitar a vida de vocês, então peço aos meus queridos colegas, vereadores Felipe Camozzato e Mari Pimentel, que auxiliem e distribuam, para os vereadores de esquerda da nossa Porto Alegre, um adesivo para vocês começarem a usar: “Sim aos 22% de alíquota”. Já que vocês estão defendendo que se aumente a alíquota dos servidores, que os servidores inclusive aposentados passem a contribuir para a previdência, tirando mais recursos do seu dia a dia, recursos da sua família, recursos do seu consumo, vocês estão defendendo isso, sugiro inclusive que vão lá na frente agora para distribuir mais esses adesivos aos seus colegas do Simpa, porque vocês estão de fato defendendo os 22% de alíquota. Então num gesto de solidariedade e de auxílio a vocês, nós mandamos fazer esses adesivos para que vocês possam colocar aqui nos vidros das suas bancadas, nos seus paletós, nas suas roupas, e assim deixar claro à sociedade porto-alegrense aquilo que vocês defendem, porque quando vocês são contrários e mobilizam forças contra a reforma da Previdência, contrariando todos os princípios, toda matemática existente, que é pura e simples, vocês estão defendendo, Ver. Jonas Reis, os 22% da alíquota. Então acima ali daquele teu adesivo do DMAE, eu sugiro colocar este adesivo também. Vou mostrar aqui o adesivo da esquerda de Porto Alegre (Mostra o adesivo): “Sim aos 22% de alíquota”. Usem com orgulho, porque é isso que vocês defendem.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta Especial e, após, à Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA ESPECIAL - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/10 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0339/21 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 005/21, que institui o Programa Municipal de Microcrédito, altera a Lei nº 12.744, de 6 de novembro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2021, altera a Lei nº 12.297, de 4 de setembro de 2017 que institui o Plano Plurianual 2018-2021. **(SEI 118.00112/2021-77)**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, nós temos alguns projetos importantes que estão na pauta da Ordem do Dia, como liberação de recursos, projeto que faz um Refis na cidade de Porto Alegre que está aguardando audiência pública. Mas temos convicção que, para a cidade de Porto Alegre, o projeto mais importante que nós temos é o projeto que está tramitando nesta Casa que é a questão do fator previdenciário, a questão da reforma da Previdência que é necessária para a cidade de Porto Alegre. Eu recebi um ou dois WhatsApp de servidor público questionando a reforma da Previdência, servidores públicos vinculados justamente, democraticamente, com as suas entidades. Quando surgiu, foi protocolado aqui a proposta dos 22%, recebi mais de 100 mensagens no WhatsApp de servidores, alguma parte, boa deles, aposentado. Parentes meus, tios meus, primos meus que trabalham no setor público, que trabalham no DMAE, que trabalham em outras autarquias no Município de Porto Alegre estão apavorados. Quem ganha uma aposentadoria de R\$ 12 mil, essa aposentadoria vai passar para R\$ 9 mil, Ver. José Freitas. E nós estamos falando da pessoa com os seus 50 anos trabalhar mais um pouco para a cidade de Porto Alegre, trabalhar nos órgãos públicos para ajudar essa população de Porto Alegre, já que há um discurso que se contradiz, dizem: “Não sei quanto tempo o governo não valoriza o servidor público”. O próprio prefeito já falou aqui de servidores públicos que hoje estão no timoneiro da administração pública, Secretaria da Fazenda, Procuradoria, e vários órgãos públicos da nossa cidade são administrados e geridos por servidores públicos. Nós não só confiamos como acreditamos nos

servidores públicos da nossa cidade, queremos que eles continuem no serviço público, queremos que eles continuem na sua vida ativa doando mais para a população de Porto Alegre do seu tempo. Eu quero falar aqui, colegas, e quero a atenção de vocês numa questão que eu tenho começado a discutir com alguns amigos meus que têm suas atividades profissionais e que trabalham no setor público. Eu pego o exemplo de médicos. Os médicos que trabalham no setor público querem se aposentar no seu período de aposentadoria, então, quero pergunto a eles, Ver. Cassiá Carpes, se eles vão parar de atender nos seus consultórios e nas suas clínicas. Se estão atendendo nos seus consultórios e nas suas clínicas, por que não atender no HPS, nas Unidades Básicas de Saúde? É isso que nós estamos falando, se a pessoa, Ver.^a Cláudia Araújo, tem uma vida útil para atender na sua atividade paralela profissional, ela tem uma vida útil para atender no setor público. Isso são todos! São vários professores que trabalham, num turno, na escola pública e, no outro turno, na escola privada. Então, eles vão sair dos dois empregos e vão viver com uma aposentadoria só? Não. Nós estamos falando aqui em valorizar mais a população de Porto Alegre, quando a gente quer que esse servidor que já está lá no órgão público possa continuar – e nós vemos isso em várias instâncias. Hoje em dia, uma parcela da população faz crítica aos ministros do Supremo, dizendo que podem ficar até os 70 e poucos anos de idade, que é quando a pessoa adquire o seu conhecimento.

Então, nós queremos reafirmar aqui: se houver 22% de desconto da senhora ou do senhor que trabalha no setor público, se houver 14% de desconto dos aposentados, a culpa não é nossa, a culpa é de quem não quer fazer a reforma da Previdência que é necessária para o servidor, necessária para a cidade de Porto Alegre. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sra. Presidente, Ver.^a Comandante Nádia; vereadores, vereadoras, eu confesso que não ia me inscrever na Pauta Especial, apesar de que o projeto do microcrédito do Executivo é muito importante que merece uma análise profunda e que nós já estamos fazendo. Mas eu ouvi o Ver. Claudio Janta falar rapidamente que existia esse projeto na Pauta Especial, e, depois, usou o período da Pauta Especial, o que é irregular, para falar sobre um projeto que está na Ordem do Dia, não tem absolutamente nenhuma relação com a Pauta Especial. Então, eu vou me inscrever e falar sobre o mesmo tema, considero o microcrédito importante, como eu já disse, estamos estudando com afinco, temos três advogados e três economistas estudando esse projeto, mas o que o Ver. Claudio Janta diz aqui, com todo respeito, não tem nenhuma conexão com a realidade.

Como diz o Ver. Ramiro Rosário antes, quer dizer, de uma maneira debochada certamente, que usaríamos o tal adesivo que ele criou, ou alguém por ele

criou, ou alguém da direita criou, da ultradireita criou, sei lá, dos 22%, isso é, mais ou menos, como dizer para a pessoa que está sendo assaltada e não quer entregar o que o revolver apontado diz, reage, leva um tiro e a culpa é da vítima. Não, a culpa não é da vítima, a culpa é de quem ameaça, a culpa é de quem dá o tiro, a culpa é de quem quer assaltar, é desse a culpa, e no caso é o Executivo Municipal sim. E não venham colocar para nós ameaça do governo como sendo algo de culpa nossa. Quem ameaçou foi o governo, quem quer cumprir essa barbaridade é o governo. Não vai cumprir! Mas eu quero dizer que quem quer cumprir é o governo, é o governo municipal, é o governo negacionista, é o governo bolsonarista. E há pessoas, nem digo entre os vereadores, mas há pessoas ligadas ao governo, não sei se têm vereadores ou não assim, que são satisfeitas somente pelo fato de prejudicar os municipais. Nem é pelas finanças, nem é pela matemática, nem é nada, não é nada, querem prejudicar os municipais que são trabalhadoras e trabalhadores com estabilidade no emprego, que, via de regra, não são bolsonaristas, para eles é o suficiente, para estes setores da ultradireita, ligado ao governo municipal, é o suficiente. Prejudicar os servidores, prejudicar o Simpa, as entidades que representam os servidores, para eles é a grande alegria. E eles estão frustrados, estão bastante frustrados - eles não vão conseguir. Eles não vão conseguir! Eles não têm condições de conseguir isso, eles não têm força política, nem votos para fazer isso. Então, ficam lamentando e jogando ameaças piores: “Vamos fazer isso, então nós vamos destruir todos, então vamos botar alíquota de 22%”. O Ver. Janta falou em 28%, daqui a pouco surge outro que quer com 34%; daqui a pouco outro que quer 60%, vai ter outro que nem quer pagar salário. A realidade da ultradireita é essa, é não pagar salário para os servidores públicos e acabar com o serviço público. O serviço público só interessa quando é para dar apoio e dinheiro para a iniciativa privada, aí interessa o poder público; aí correm ao poder público, querem isenções – adoram isenções, adoram isenções! O dinheiro tem que sair do setor público, mas eles não querem pagar nada. Eu não vi nenhum vereador da base do governo – nenhum vereador – e não vi o governo responder a pergunta que fiz por quatro vezes, inclusive aqui, pessoalmente, para o Ver. Sebastiao Melo, na frente de todos: por que o Executivo municipal não cobra ISS dos bancos? Por que não cobra o Bradesco? Por que não cobra o Santander? Por que não cobra o Itaú? Por que não cobra? Eu encerro, presidente, agradecendo o tempo, dizendo que aguardo ansiosamente – acho que todos deveriam aguardar – esta resposta do governo municipal: por que não cobra o ISS dos bancos? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Srs. Vereadores, quero ressaltar aqui a emenda de autoria do Ver. Ramiro que trata sobre a questão do microcrédito, principalmente para os empresários que trabalham com casas noturnas, segurança e áreas relacionadas afins.

Também quero aproveitar para pedir aos colegas vereadores que tenham responsabilidade na votação da nossa reforma da Previdência municipal, pois, afinal de contas, é muito mais nocivo para os servidores a alíquota de 22%. Eu sei que alguns colegas fazem *cards* dos vereadores, mas quero dizer para aqueles que votarem contra a reforma que, se por acaso, a alíquota for de 22%, os servidores vão cobrar a conta, vão cobrar a conta daqueles colegas vereadores que, de forma desinteligente, votaram contra a reforma. Eu quero fazer esse registro importante na tribuna da nossa Câmara de Vereadores.

Também quero falar da limpeza urbana de Porto Alegre. A Ver.^a Nádia falou aqui sobre a questão do protesto que o pessoal da esquerda fez nesta semana, fizeram algumas pichações em Porto Alegre. Por óbvio, não podemos confundir quem faz grafite, que é autorizado pelo proprietário, até é uma arte muito bacana, muito bonita, muito inteligente, que é diferente da pichação, mas tem muita gente pichando a nossa Cidade. Então, recentemente, há uns dois dias, vizinhos meus tiveram o 6º andar do seu edifício pichado – dois jovens de aproximadamente 20 anos foram filmados subindo até o 6º andar com uma lata de *spray* e picharam na parede, correndo o risco de terem morrido se caíssem do 6º andar, picharam o edifício, causaram danos ao patrimônio privado, sem falar que isso vai tirando a beleza da nossa Cidade. Vamos ser bem sinceros, Porto Alegre está muito feia, tem pichação por todos os lados. Nós temos uma lei municipal que proíbe a colocação de cartaz – então tem cartaz colado por toda a cidade, pichações. E não faço uma referência aqui, especificamente, a quem participou do movimento da esquerda, mas, sim, a quem picha em geral. Quando uma pessoa atira lixo no chão, picha parede, prejudica a beleza da nossa cidade, desvaloriza o nosso patrimônio. Então vamos ter um carinho por Porto Alegre, independente se tu és dos vermelhos, dos azuis, vamos cuidar da nossa Cidade, pessoal! Deixo esse recado aqui para os nossos colegas vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta Especial.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Boa tarde, povo de Porto Alegre, boa tarde colegas desta sessão plenária, venho até esta tribuna para falar de uma questão: microcrédito. Estamos tratando de dinheiro, e o projeto fala: dinheiro público. Ou seja, dinheiro do povo que o governo objetiva orientar para uma torneira, a que está colocada no projeto de lei do Executivo – microcrédito. Há uma série bem grande de intenções aqui neste projeto. Agora, o dinheiro da Prefeitura é um dinheiro único. O caixa da Prefeitura é um só, em síntese, resumo muito simples, mas é um só. Podemos dizer que vamos investir mais em educação, em saúde, e também pode conceder um microcrédito, como está concedendo, mas alguém vai pagar. E é você, contribuinte; é você, cidadão de Porto Alegre; você que mora na Restinga, que não tem lá todos os aparelhos dos serviços públicos que têm no bairro Moinhos de Vento; você que mora no Lami, onde o

ônibus demora muito, já os ônibus de regiões centrais não demoram, é você que paga o imposto da Prefeitura. E esta Prefeitura escolhe os lugares onde vai mais dinheiro, onde vai menos, e você, cidadão esquecido das periferias, não está incluído aqui neste projeto. E mais do que isso: você, servidor público, é você que o governo quer que banque o projeto de microcrédito. Aí, dirão: “O Ver. Jonas é contra o microcrédito”. Não! O Ver. Jonas é a favor do microcrédito, agora não é tirando da Previdência dos servidores, não é aumentando o tempo de idade para eles ficarem lá contribuindo para o microcrédito, que não está explicado aqui, de fato, para onde vai e quem vai receber. É importante, sim, microcrédito? É importantíssimo. Aqui, neste Município, o PT já fez isso quando governou, o meu partido, o nosso, das trabalhadoras, dos trabalhadores. Mas o que estão colocando aqui, vieram na tribuna e falaram – e eles fazem a sua atuação –, o plenário hoje é uma novela particular – é isso, eles são atores que vêm aqui e dizem: “Vocês, oposição, que não querem aumentar o tempo de idade de contribuição, que querem aumentar os 22%”. Mas os dois projetos são do Executivo, não tem a minha assinatura, não tem a assinatura do PT, do PSOL, do PCdoB, são projetos da turma do Ramiro, a turma do Ramiro continua na Prefeitura, o Sr. Ramiro continua dando as cartas. São os neoliberais, vorazes, que estão ainda no Paço Municipal. Você, cidadão, votou contra o Marchezan, você tirou o Marchezan, mas a turma do Marchezan continua dando as cartas na Prefeitura, porque esse projeto de quem é? É o projeto do Júnior, é o projeto do Júnior que foi trazido pela mão do Sebastião. Vejam que contradição, Sebastião, que lutava contra o Júnior na eleição, agora está junto dos “juniors”. Os “juniors” do PSDB, os “juniors” do PTB, do Solidariedade, os “juniors” do Democratas, foi uma mudança muito rápida, e agora eles trazem, os “juniors”, esse discurso, que os culpados pela destruição da Prefeitura não são os “juniors”, é a oposição. Não. Não continue assim, são vergonhosas a falta de verdade e a falta de seriedade. Eu, com certeza, vou continuar sendo a favor de microcrédito, mas não tirando do bolso da servidora, do servidor e não entregando os serviços públicos que não são entregues no Lami, na Restinga, na Cruzeiro, no Sarandi, estive lá na última chuva, o arroio entupido. É uma vergonha. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Não há mais inscritos para discutir a Pauta Especial. Está encerrado o período de discussão de Pauta Especial. Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0388/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 160/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que estabelece diretrizes para segurança e tranquilidade a serem observadas por moradores, consumidores, organizadores de eventos e proprietários de bares, restaurantes e similares, no Bairro Moinhos de Vento. **Com Emenda nº 01, do Ver. Ramiro Rosário. (SEI 197.00042/2020-05)**

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras; boa tarde Presidente Nádia, que conduz os trabalhos nesta Casa. Eu venho aqui para fazer a discussão da Pauta sobre o projeto do microcrédito, dizendo que somos a favor. Só que queria fazer uma pergunta: por que demorou tanto tempo para que isso seja colocado em Pauta? O porquê dessa morosidade? Porque, diante disso, a gente pode fazer uma avaliação muito mais a fundo, e falo isso como representação do PCdoB, que tem projeto para esta cidade, tem um projeto muito bem estruturado para esta cidade. Certamente, estaria aqui pautando a segurança alimentar, estaria aqui pautando vacina, estaria aqui pautando a execução das políticas públicas necessárias para que o povo enfrente este momento tão duro com dignidade e muito respeito. Diante disso, quero falar que essa irresponsabilidade se amplia a partir do momento em que se coloca na Pauta este projeto nefasto, dessa precarização que privatiza, que ataca trabalhadores e esquece de cobrar daqueles que devem, esquece definitivamente de fazer o movimento que é mais necessário, que é o de não ficar eximindo da responsabilidade fiscal aqueles que mais devem, tem aí exemplos de grandes empresários e jogadores de futebol. Isso é uma irresponsabilidade tamanha, isso é um descaso, uma negligência com a população que mais necessita, que precisa desse cuidado e clama urgentemente por atenção, que não está sendo em nenhum momento pensada, cuidada, que sofre com a mão mais pesada desse governo que prioriza o empresariado, que olha sem o mínimo de respeito e dignidade para quem está passando fome, vota aquilo que bem condiz com os seus interesses e com o pagamento das dívidas, que talvez venham aí de uma campanha.

Eu aproveito, finalizando esta fala, para dizer mais uma vez, nós, do PCdoB, temos projeto para a cidade, não nos opomos a todo um movimento feito para o microcrédito, mas ficamos indignados diante disso porque, em definitivo, nada que venha a justificar essa morosidade. Aqui, ao vereador que fez a entrega disso, digo que nós não vamos ser coniventes com isso, cobre daqueles que devem e não penalize o trabalhador com essa barbárie. Isso é um desrespeito, isso é uma vergonha, isso é um absurdo! Tenha um mínimo de dignidade com esta capital, com esta cidade que você representa.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver.^a Nádia, comandando os trabalhos; quero saudar as vereadoras, os vereadores, mais uma vez. Este projeto do programa de microcrédito é muito bom, agora, a nossa Casa tem a possibilidade, Ver.^a Cláudia, de modificá-lo, aperfeiçoá-lo, melhorá-lo, é esse o objetivo. Há necessidade, sim, de dar crédito para essas pequenas e microempresas que estão aí penando numa crise muito triste para todos nós, na questão da saúde, dos negócios, comércio, etc. Então eu acho que é bom, e nós temos essa prerrogativa de aperfeiçoar, melhorar, para dar a esses que têm pequenas empresas, pequenos negócios condições de prosperar na capital gaúcha. Com isso, o governo está preocupado e nós vamos aperfeiçoar e melhorar. Já é um bom começo.

Outra questão, quando o vejo o Jonas falando, eu fico impressionado com a cara de pau dele. O dia em que o Jonas voltar para a sala de aula e venho aqui e dou um elogio para ele, mas ganhando uma grana do sindicato e, depois, quer se aposentar pela Prefeitura. Isso é lamentável, Ver. Jonas. Olha aqui para mim, Ver. Jonas. O senhor vem aqui falar para o cidadão e para o eleitor de Porto Alegre. Mas esse rapaz, o Ver. Jonas, tem 33 anos. De dez anos na Prefeitura, ele cumpriu apenas a metade, ele cumpriu a outra metade no seu partido político, o PT, e está mamando nas tetas do Sindicato até hoje. Então o dia que ele voltar para a sala de aula, eu vou lá fazer uma visita para ele, dar um abraço nele e vou elogiá-lo aqui. Ele tem que ser corajoso, ele tem que voltar para a sala de aula. Nós estamos precisando de bons professores, Jonas, e eu sei que tu és um bom professor, mas és um péssimo político, que mente para a sociedade! Tu tens que parar de mentir na rua e vir aqui falar para a Câmara; não adianta falar lá para fora. Então, na realidade, nós queremos a tua ajuda, mas eu quero que tu envergues na capacidade de ser vereador, não de ser agitador. Entre vereador e agitador há uma diferença muito grande. Eu gosto de ti, tu sabes disso, mas eu quero que tu sejas vereador e recebas da Câmara, porque tu recebes aqui e muito bem. E mais o Sindicato? Eu até gostaria de, num momento desses, conversar contigo para ver quanto tu ganhas no Sindicato. Deves ganhar mais que professor, mas na hora de pegar a aposentadoria, vai ser a do professor, porque o Sindicato não dá aposentadoria para ninguém. Então, nesse aspecto que nós temos que conversar. Eu gosto de ti, mas esse teu jeito de fazer política é bem diferente do meu e tu estás errado no Sindicato, e estimulando a maioria dos funcionários da Prefeitura que é gente séria, a maioria absoluta, gente séria, trabalhadores que sabem o que estão fazendo, não vão nessa onda de vocês. Olha, eu não recebo nenhuma reclamação, sou a favor da previdência, mas eu não recebo nenhuma dos professores. Hoje passei aqui na frente, tem uns gatos pingados ali na frente, conversei com eles numa boa, minha opinião é clara, simples e objetiva. Mas o Jonas tem que envergar a camisa da Câmara e dizer: “Olha, eu estou no Legislativo da capital e não posso falar besteira lá fora, sob pena de estragar a capacidade do meu mandato aqui na Câmara”. Aqui a coisa é séria, lá fora tu podes mentir, mas aqui tu tens que falar a verdade, e a verdade é essa: tu não cumpres horário

como professor e automaticamente estás cedido ao Sindicato, se encostando lá, mamando lá e aí fala à vontade o que não pode falar. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Bem, eu me inscrevi para falar sobre o microcrédito, projeto apresentado pelo Ver. Ramiro. Quero dizer que sou uma defensora do microcrédito. A chapa que apoiamos para concorrer à Prefeita de Porto Alegre, da Manuela d'Ávila, tinha um programa exaustivo, denso sobre o microcrédito, porque nós vemos como uma alternativa à crise colocada diante da pandemia, em que os pequenos e microempresários tivessem um apoio e um incentivo. Então é bem-vindo esse projeto, Ver. Ramiro. Aqui foi colocado que é passível de debate e eu gostaria, sim, que ele fosse ampliado. Por que eu coloco que gostaria que ele fosse ampliado? No Programa de Metas do governo municipal, Prometa, na parte de desenvolvimento social, ele faz referência ao microcrédito, mas ele prevê o microcrédito para 50% dos microempreendedores que são beneficiados do Bolsa Família. Então, eu critiquei isso no Prometa. Então, eu acho que é importante que haja microcrédito, mas que ele seja de acesso universal para aqueles que são pequenos e microempreendedores e que estão numa dificuldade financeira. Então que a gente possa discutir e ampliar isso, especialmente aqueles que, como diz o próprio Prometa, são beneficiados pelo Bolsa Família ou que estão no CadÚnico. Então, nesse sentido, é bem-vindo.

Agora, também aproveitando esse período, eu não poderia deixar de fazer referência aqui ao ataque, à forma como tem se tentando aqui nesta plenária responsabilizar o meu partido, que é de esquerda, e outros partidos de esquerda, sobre projetos que são do Executivo, que não são nossos. O projeto da reforma da Previdência não é nosso, o aumento das alíquotas não é nosso, nós temos dito que a previdência é superavitária. Eu, particularmente, tenho exigido que o governo apresente o cálculo atuarial correto para provar, por A mais B, que não é deficitária a previdência. Dizer também aqui que os aposentados e aposentadas municipais pagam contribuição previdenciária. Então, a gente tem ouvido aqui uma série de falas que são desinformativas, assim como a gente ouviu e ouviu falas que não informam a população, que remetem a população à ignorância como se defende a cloroquina ou várias outras coisas. E, nesse sentido, quero dizer que medíocre é isso, eu represento minorias étnico-raciais aqui, fui eleita pela base negra, com votos brancos, e como temos uma bancada negra aqui, os nossos projetos são de absoluta relevância. Medíocre é quem ainda defende a cloroquina; medíocre é quem sobe à tribuna para dizer que as professoras, os profissionais da saúde, os funcionários públicos municipais têm que pagar pela crise, têm que pagar pelos erros da gestão municipal! E medíocre é quem defende isenção de impostos para a especulação imobiliária, isenção de impostos para banqueiros, isso é

mediocre. Eu tenho orgulho dos projetos que o meu partido e que a minha bancada apresenta.

E dizer que chega, nesta Câmara de Vereadores, todos os dias a gente ouvir manifestações racistas. Eu sou daquelas que não me assuntam com os gritos de quem é racista, de quem é mau, já dizia Martin Luther King: o que me assusta não é o grito dos maus, o que me assusta é o silêncio dos inocentes, e de esta Câmara tolerar, todos os dias, toda a sessão uma manifestação racista dissimulada. Manifestações racistas não são mais permitidas. Eu estou atenta a isso, a próxima discriminação racial que tiver aqui neste plenário, eu vou denunciar.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Não há mais inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Solicito ao diretor legislativo que faça nova verificação de quórum para ingressarmos na Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Quatorze Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal. Não há quórum.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Não tendo quórum para continuarmos a sessão, dou por encerrada a presente sessão, convocando todos os vereadores para segunda-feira, às 14h. Desejo um feliz final de tarde com a graça de Deus. Obrigada.

(Encerra-se a sessão às 16h10min.)

* * * * *